



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Instabilidade Política na Guiné-Bissau: Dimensões, Causas e Efeitos

Paulo António da Costa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Ciência Política

Orientador

Doutor Pedro Nuno Alves Vidal de Seabra, Professor Auxiliar Convidado – Departamento de
História

Setembro, 2019



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Instabilidade Política na Guiné-Bissau: Dimensões, Causas e Efeitos

Paulo António da Costa

Dissertação submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Ciência Política

Orientador

Doutor Pedro Nuno Alves Vidal de Seabra, Professor Auxiliar convidado – Departamento de História

Setembro, 2019

Agradecimentos

Começo por agradecer a professora Ana Maria da Conceição Belchior, que me deu uma grande ajuda no momento onde só pensava em desistir da minha dissertação; agradeço também o meu Orientador Pedro Nuno Alves Vidal de Seabra, pela sua dedicação e disponibilidade incondicional em orientar-me nesta grande jornada de produção do conhecimento científico, agradeço os meus irmãos Dr. Pedro Henrique da Costa, Guedes da Costa e Justiliano da Costa, os meus agradecimento também vai para o Doutor Francisco Major Mendes, membro de comité central do PAIGC, Dr. Felisberta Vaz, porta-voz nacional da CNE e Abna Na Famba, pelas ajudas que me deram em Bissau na realização do meu trabalho de campo. Agradeço à instituição ISCTE-IUL, e todos os meus professores pelo apoio desde a Licenciatura, muito obrigado a todos.

Resumo

A instabilidade política da Guiné-Bissau, enquadra num contexto muito específico, que o distingue dos outros países: a promiscuidade entre o poder político e poder militar, luta pelo controlo da única fonte dos recursos o Estado, desestruturação das instituições pública, elevada taxa de pobreza, desigualdade social, ausência de responsabilização, narcotráfico e a baixa taxa de escolaridade a nível nacional, proporcionaram uma cultura de ódio, de intolerância com contornos políticos e sociais graves.

As dimensões Político-económica, Militar e Sociocultural de análise permitiram-nos chegar às causas e a metodologia qualitativa aos efeitos que os nossos entrevistados compartilharam de um sentimento generalizado na população, os sofrimentos e as angústias de uma sociedade dentro de um Estado Falhado.

Os resultados mostram que as inversões dos valores democráticos, a impunidade e a corrupção, assombraram ao longo de mais de três décadas a boa governação e o desenvolvimento sustentável, pondo em risco o futuro de várias gerações e a necessidade de reformar todo o sistema do Estado.

A fraca estrutura do Estado no geral, juntamente com as heranças negativas da luta colonial que persistem ainda na sociedade Guineense e a baixa taxa de índice do desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, têm contribuído significativamente para a longevidade da instabilidade política. A questão geopolítica e geoeconómica tem também uma contribuição que não deve ser ignorada.

Palavras-Chave: Instabilidade política, Boa governação, Democracia, Guiné-Bissau.

Abstract

Guinea-Bissau's political instability fits into a very specific context that distinguishes it from other countries: the promiscuity between political power and military power, the struggle for control over the sole source of state resources, the disruption of public institutions, the high rate of Poverty social inequality, lack of accountability, drug trafficking and the low level of education at national level have provided a culture of hatred, intolerance with serious political and social contours.

The Political-Economic, Military and Sociocultural dimensions of analysis allowed us to reach the causes and the qualitative methodology gave us the effects that our interviewees shared from a widespread feeling in the population, the sufferings and anguishes of a society within a failed state.

The results show that the reversal of democratic values, the impunity and corruption have haunted good governance and sustainable development for over three decades, jeopardizing the future of many generations, thus making urgent the need to reform the state system.

The weak state structure in general, coupled with the negative legacies of the colonial struggle that still persists in Guinean society and the low rate of human development index in Guinea-Bissau, have contributed significantly to the longevity of political instability. The geopolitical and geoeconomic issue should also not be ignored.

Keywords: Instability, Politics, Good governance, Democracy, Guinea-Bissau.

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract	III
Glossário de siglas	VI
1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	3
2.1. Amostra da pesquisa, coleta e análise dos dados	3
3. DIMENSÃO POLÍTICO-ECONÓMICA	7
3.1. A situação político-económica da Guiné-Bissau	7
4. DIMENSÃO MILITAR	13
4.1. A situação da defesa e segurança na Guiné-Bissau	13
5. DIMENSÃO SOCIOCULTURAL	18
5.1. A situação sociocultural na Guiné-Bissau	18
6. INSTABILIDADE POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU	21
6.1. Dimensões, Causas e Efeitos	21
7. CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	31
FONTES	34
ANEXO	I
Guião de entrevista	I
Consentimento informado	II
Lista dos entrevistados	III
Curriculum Vitae	IV

----- **Quadros** -----

Quadro 1 Operacionalização de análise da instabilidade política crónica da Guiné-Bissau	4
Quadro 2 Configuração das patentes militares na Guiné-Bissau.....	14
Quadro 3 Tentativas de reforma no sector da defesa e segurança na Guiné-Bissau.....	15
Quadro 4 Taxa de pobreza na Guiné-Bissau por regiões em 2002.....	19

----- **Figuras** -----

Figura 1. Receita Fiscais e Rendimento Per Capita.....	9
Figura 2. Guiné-Bissau: PIB real Per Capita, 1995 – 2016.	10
Figura 3. Guiné-Bissau e Cabo Verde, taxa de alfabetização total dos adultos.....	20

Glossário de siglas

APU-PDGB	Aliança do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau
BM	Banco Mundial
CEEA	Centro de Estudos Estratégicos de África
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPIA	Country policy and institutional assessment
CMB	Câmara Municipal de Bissau
DENARP	Documento de estratégia nacional de redução da pobreza
ECOMIB	ECOWAS Mission in Guinea-Bissau – Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GN	Guarda Nacional
IDH	Índice do Desenvolvimento Humano
INEC	Instituto Nacional de Estatísticas e Censo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
ISS	Instituto de Estudos de Segurança
MADDEM-G15	Movimento para Alternativa Democrática
MFDC	Movimento das Forças Democráticas de Casamança
OIT	Organização Internacional de Trabalho
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PIR	Polícia de Intervenção Rápida
PJ	Polícia Judiciária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POP	Polícia de Ordem Pública
PRS	Partido de Renovação Social
RENAJ	Rede Nacional das Associações Juvenis
RSDS	Reforma do Sector da Defesa e Segurança
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOGBIS	Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
WGI	Worldwide Governance Indicators

1. INTRODUÇÃO

A instabilidade política na África, segundo Ong`ayo (2008), “está ligada aos fatores interno e externo, e define-se como uma tendência constante de mudança do governo dentro de uma dada legislatura que pode ser constitucional ou não”. No fator interno, encontra-se a *elite* governamental em luta para estancar a mobilidade e o crescimento das novas *elites* para não restaurar o equilíbrio social. Para este autor há uma constante manipulação das *elites* internas pelo controlo dos recursos do Estado. No que se refere ao fator externo, os interesses geopolíticos e económicos da comunidade internacional em África, minam qualquer que seja o esforço interno para restaurar a estabilidade política quando isso põe em causa os seus interesses. Estas mudanças ou conflitos, na ciência política como disse Moreira (2014) “trata-se não do problema da legitimação que está ligado a raiz da soberania, mas sim do problema de sede do poder efetivo, que pode ou não estar legitimado”. A estabilidade política em África está sempre ameaçada devido à cobiça pelos recursos abundantes e interesses instalados no continente (Ong`ayo, 2008).

A instabilidade política pode surgir de várias formas e origens: o baixo nível de mobilidade social é uma delas, segundo Houle (2019) a falta de mobilidade social cria descontentamentos, manifestações ou mesmo guerras civis, tudo isso relacionado com a “desigualdade horizontal”. Gron e Salomonsen (2017) argumentam que a instabilidade política pode ser desencadeada por políticos, quando respondem a uma mudança estratégica eleitoral ou também quando faltam acordos e consensos sobre uma matéria por causa da fragmentação política.

Segundo Araújo (2000) “a fronteira dos países Africanos foi repartida em 1885, sem ter em consideração as identidades das estruturas de organização sociais e culturais tradicionais, levando assim o surgimento nos territórios dos Estados pós-colonialismo de grupos étnicos e linguísticos diferentes”. Esse fator é hoje considerado por muitos politólogos como a principal causa da instabilidade política em alguns países da África, como é o caso da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, situa na África Ocidental e faz fronteiras com o Senegal, a Norte e ao Sul com a República da Guiné-Conacri; o território continental é de 36, 125 km², incluindo os arquipélagos de Bijagos; a estimativa da ONU de 2005, aponta para 1. 586 000 habitantes, 55% animistas, 40% islamizado e 5% cristãos, a média da idade é de 19,1 anos com uma esperança média de vida de aproximadamente 47 anos (Pinto, 2009). As etnias com maior expressão populacional na sociedade Guineense são: Etnia Fula (28,5%), Etnia Balanta (22,5%), Etnia

Mandinga (14,7%), Etnia Papeis (9,1%), Etnia Manjaco (8,3%), as pessoas das Etnias Nalu, Saracule e Sosso estão abaixo de (1%) da população (INEP-Guiné-Bissau, 2009).

As diversidades ideológicas, políticas, sociais e culturais na Guiné-Bissau são a marca de uma sociedade forjada no multiculturalismo étnico. Os sucessivos golpes de Estado, assassinatos de chefias militares, de políticos e dos civis, espelham claramente a grave instabilidade política em que a Guiné-Bissau está mergulhada. Após a independência em 1973, Luís Cabral, tornou-se o primeiro Presidente de República da Guiné-Bissau, mas seis anos mais tarde foi derrubado por um golpe militar em 14 de novembro de 1980 (Lopes, 1982).

No início dos anos 90, com a pressão dos doadores, o Estado Guineense foi obrigado a incluir na sua agenda o processo da abertura política. Em junho e agosto de 1994, foram realizadas as primeiras eleições democráticas. No dia 7 de junho de 1998, caíram em Bissau e arredores as primeiras bombas, início de um conflito político militar sem precedente e de uma violência gratuita, fruto de uma reforma pouco clara nas Forças Armadas e das lutas constantes pelo poder (Silva, 2003. Augel e Cardoso, 1996. Nóbrega, 2003).

A Guiné-Bissau é um país com uma longa tradição ligado ao submundo do crime: tráfico de armas nos anos 80, por chefes militares ligados ao movimento das forças democrática de Casamança (MFDC), e mais recentemente drogas vindas das Américas (Karthala, 2004). A difícil situação socioeconómica com falta de mecanismos institucionais jurídicos e judiciais para combater o tráfico de droga na Guiné-Bissau, ligado à sua posição geográfica na costa ocidental da África, constituem também sérios obstáculos à estabilidade política e ao desenvolvimento económico do país (Correia, 2008).

Não é de todo novo, o problema do fracasso do Estado Guineense (Koudawo, 2011). Segundo Dias (2013) a situação na Guiné-Bissau é grave e de extrema urgência, com as Forças Armadas a vigiarem e a controlarem todos os passos governativos nas últimas décadas. Reforçando esta argumentação, Ferreira (2014) “afirma que, qualquer governo na Guiné-Bissau enfrentará numerosas armadilhas na tentativa de construir uma administração eficiente”. Para Gonçalves (2011) a instabilidade política na Guiné-Bissau resulta da rivalidade entre o poder político e o poder militar, que deu origem a sobreposição do poder militar sobre o poder político. O melhor exemplo é a sucessão dos golpes do Estado e as intervenções militares.

Esta instabilidade político-militar é responsável pela instabilidade económica, oriundo do fosso económico entre as *elites governamentais* e a população. A degradação da qualidade de vida e uma pobreza generalizada, agravou o descontentamento social, minando assim toda a tentativa da consolidação da democracia e do Estado de Direito, por parte da sociedade civil (Gonçalves, 2011).

Com a entrada do multipartidarismo a instabilidade política na Guiné-Bissau ganhou outra dimensão: de 1990 até 2018, teve 21 Primeiros-ministros, em média de 1994 até 2018, teve 1,25 Primeiro-ministro por ano; Presidentes da República incluindo de transição e interino teve 7, num universo de 49 partidos políticos legalmente inscritos. Em termos de comparação, Cabo Verde teve 5 Primeiros-Ministros e 4 Presidentes da República entre 1975 e 2018.

A governação do país é altamente caótica em todos os aspetos políticos e administrativos do Estado. A governança ou boa governação, ocupa um lugar de destaque na Ciência Política. Para Gomes (2016) a governança ou boa governação refere-se a um modelo alternativo à organização hierárquica clássica do Estado, que assenta numa estrutura horizontal das relações estabelecidas no sector público em crescente autonomia administrativa. Tem vários significados e definições que se enquadram em narrativas diferentes. A governança está relacionada, segundo Healey e Bobison (1994) com a “eficácia e eficiência organizacional da política exercida pelo Estado em matéria de crescimento económico, estabilidade e bem-estar da população”. No quadro de análise política, a governança ou boa governação é um conceito que se prende com a identificação das transformações ocorridas dentro da instituição central Estado.

2. METODOLOGIA

2.1. Amostra da pesquisa, coleta e análise dos dados

Se a instabilidade política é o conjunto de distúrbios e perturbações sociopolíticas interna e externa, o principal objetivo desta dissertação é assim de analisar a instabilidade política na Guiné-Bissau: dimensões, causas e efeitos. A questão da pesquisa prende-se assim com saber, **quais são os principais fatores da instabilidade política na Guiné-Bissau?** Os estudos acima analisados já mostram a teia da complexidade em várias dimensões que vamos continuar a desenvolver. Por isso surgiu a necessidade de elaborar esta questão pertinente relacionada com as agendas nacionais e internacionais, que permitirá retratar a instabilidade política da Guiné-Bissau. Foi por isso criado um quadro de operacionalização com três dimensões de análise e seus respetivos indicadores para aferir os níveis de boa governação no país.

Quadro 1 Operacionalização de análise da instabilidade política da Guiné-Bissau

	Dimensão	Indicadores	
Instabilidade política	Político-económico	Desenvolvimento humano / Estado de Direito Eficácia do Governo / Controlo de corrupção	Boa Governação
	Militar	Política de segurança da sub-região Responsabilização (accountability)	
	Sociocultural	Qualidade de vida Diversidade étnica Educação	

O objetivo desta pesquisa é analisar a instabilidade política da Guiné-Bissau num período temporal desde 1980 até 2018. O que se pretende é avaliar em cada uma das dimensões criadas para o efeito, como a instabilidade política pode comprometer a Boa Governação do país. Os indicadores e os seus dados vão nos permitir descobrir quais são as principais causas e efeitos da instabilidade política Guineense e consequentemente os entraves da Boa Governação.

Este trabalho de pesquisa exploratória, visa também aferir se a instabilidade política assinalada deriva desses indicadores em análise, da sua conjugação ou da interação entre os mesmos, o que por sua vez, sustentaria a longevidade da crise institucional do Estado Guineense. Como disse Buchweitz e Moreira (1993) “a investigação científica é uma maneira de estabelecer ligações entre conceitos, eventos e factos”. Os indicadores escolhidos são os mais utilizados em Ciência Política na avaliação da Boa Governação e também nas principais obras e base de dados consultadas para esta dissertação.

Os métodos e técnicas de investigação utilizados baseiam-se numa metodologia qualitativa: análise de dados; análise de conteúdos e entrevista semiestruturada. Como disse Quivy e Campenhoudt (1998), *a análise dos dados* permite uma interpretação mais clara dos dados recolhidos e dos gráficos; *a análise de conteúdo* permite acautelar e avaliar as estratégias dos atores em jogo nos batedores do poder; *a entrevista* permite chegar aos conteúdos específicos e modo de comportamentos sociocultural dos atores e grupos na sociedade. Os entrevistados fazem parte de um conjunto de atores envolvidos e neutros na instabilidade política da Guiné-Bissau: *Atores envolvidos* – Líder políticos, Deputados, Membros do governo, Chefes militares, Polícias e Soldados. *Atores neutros* – Representantes de organizações internacionais,

dos ONGs, da Liga dos direitos humanos e de associações locais. Pretende-se analisar o ponto de vista da instabilidade política de cada ator dentro do grupo e posteriormente entre os grupos. Para tal, foi realizado um período de trabalho de campo na Guiné-Bissau entre 18 de maio e 08 de Junho de 2019. Foram conduzidas entrevistas a diferentes atores, no total de 22 entrevistados que compõem os três grupos de atores em análise: políticos, militares, e membros da sociedade civil, com idade compreendida entre 35 e 75 anos; todos Guineenses com formação superior (exceto dois) e todos em exercício de funções (exceto dois reformados). Foram gravadas 19 entrevistas e 3 foram anotadas, ao passo que 20 entrevistados assinaram o consentimento formal e 2 recusaram assinar. O tempo médio das entrevistas foi de 28 minutos, tendo todas sido realizadas em Crioulo.

No grupo de atores políticos, oito pessoas foram entrevistadas, três deles altos responsáveis dos seus partidos entre os quais PRS – Partido de Renovação Social, PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde e APU-PDGB – Aliança do Povo Unido-Partido Democrático da Guiné-Bissau; dois deles são deputados eleitos no círculo do estrangeiro e seis dos oito entrevistados são deputados reeleitos na eleição legislativa do passado 10 de Março de 2019 e um ex-alto dirigente da Câmara Municipal de Bissau e atual Ministro.

No grupo dos atores militares, oito pessoas foram entrevistadas, incluindo um Capitão Tenente, um General na reserva, um Tenente Coronel, um Tenente, um Coronel, um Contra-Almirante na reserva e dois Majores, todos eles com muitos anos ligados às Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP) da Guiné-Bissau; quatro da mesma etnia e os restantes das diferentes etnias.

No grupo de atores da sociedade civil, seis pessoas foram entrevistadas, entre eles três altos funcionários da CNE – Comissão Nacional de Eleições; um alto dirigente da RENAJ – Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau; um Investigador do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e um alto dirigente da Casa dos Direitos da Guiné-Bissau.

Devido à tensão aguda da instabilidade na Guiné-Bissau, nas datas que decorreram o trabalho de campo, recusaram de participar ou colaborar no estudo: o partido MADEM-G15, e as organizações internacionais, o PNUD e a UNIOGBIS, alegando o tempo inoportuno.

As fontes utilizadas na recolha das informações são: Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS); Instituto de Estudos de Segurança (ISS); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP); Worldwide Governance Indicators (WGI); o Índice Ibrahim; Afrobarometer; Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura (UNESCO); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Guiné-Bissau Docs.

Devido ao conflito político-militar de 7 de junho de 1998, existe uma escassez de dados produzidos sobre a Guiné-Bissau, uma vez que várias entidades e instituições abandonaram o país. Estas fontes são das poucas que continuam a produzir dados em pequenas dimensões. Os métodos e técnicas de coleta e análise dos dados nas fontes é simples: analisar os dados e enquadrá-los no contexto da tema e objetivo no âmbito da Ciência Política. No momento, são fontes atualizadas e credíveis para coletar e analisar os dados científico no continente Africanos e principalmente na Guiné-Bissau.

3. DIMENSÃO POLÍTICO-ECONÓMICA

3.1. A situação político-económica da Guiné-Bissau

O quadro político e económico da Guiné-Bissau sempre foi caótico desde a sua independência. Como refere Monteiro *et al.*, (1996) “um país pode manter apenas temporariamente um nível de vida superior ao valor real da sua produção nacional”. Nos anos 80, vários países Africanos recorreram a programas de ajustamento estrutural, incluindo a Guiné-Bissau, financiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) que fracassaram. Segundo estes autores, o Banco Mundial apresentou em 1986, um relatório secreto às autoridades Guineenses onde alertava para os seguintes problemas: excessivo consumo dos sectores público e privado, o que por sua vez aumentava os défices das dívidas existentes; a diminuição da produção agrícola ligada ao baixo preço dos produtos; a dependência da ajuda externa, etc. Entre 1986/93, a média anual da inflação foi de 64% e a desvalorização da moeda foi de 80%; a dívida externa em 1992, ascendia 3000% em comparação com a receita da exportação (*valor estimado em dólares*); de 1987/93, o salário real baixou 20%; o investimento bruto desceu de 21% em 1989 para 9,6% em 1991 (Monteiro *et al.*, 1996).

A Guiné-Bissau caracteriza-se na comunidade internacional pela grande falta de disciplina financeira onde as despesas são sempre mais elevadas do que as receitas. Os Governos são constituídos por uma grande quantidade de Ministérios e de Secretarias de Estado, sem funções e coordenações claras entre si; o aparelho do Estado é altamente personalizado e politizado, só se desempenha os cargos no Estado por filiações parentais e partidárias; existe uma ausência grande de sintonia entre a lei e a sua aplicação; importantes decisões são tomadas sem debate legislativa; muitos funcionários não possuem qualificação adequada para as funções que desempenham e as administrações regionais permanecem inexistentes ou mal organizadas com falta de meios técnicos e humanos. Monteiro *et al.*, (1996) citando o INEP conclui que “os políticos são responsáveis número um dos insucessos económicos que a Guiné-Bissau conhece”, ao passo que a comunidade internacional e os doadores apontam a falta de democratização da estrutura política do Estado.

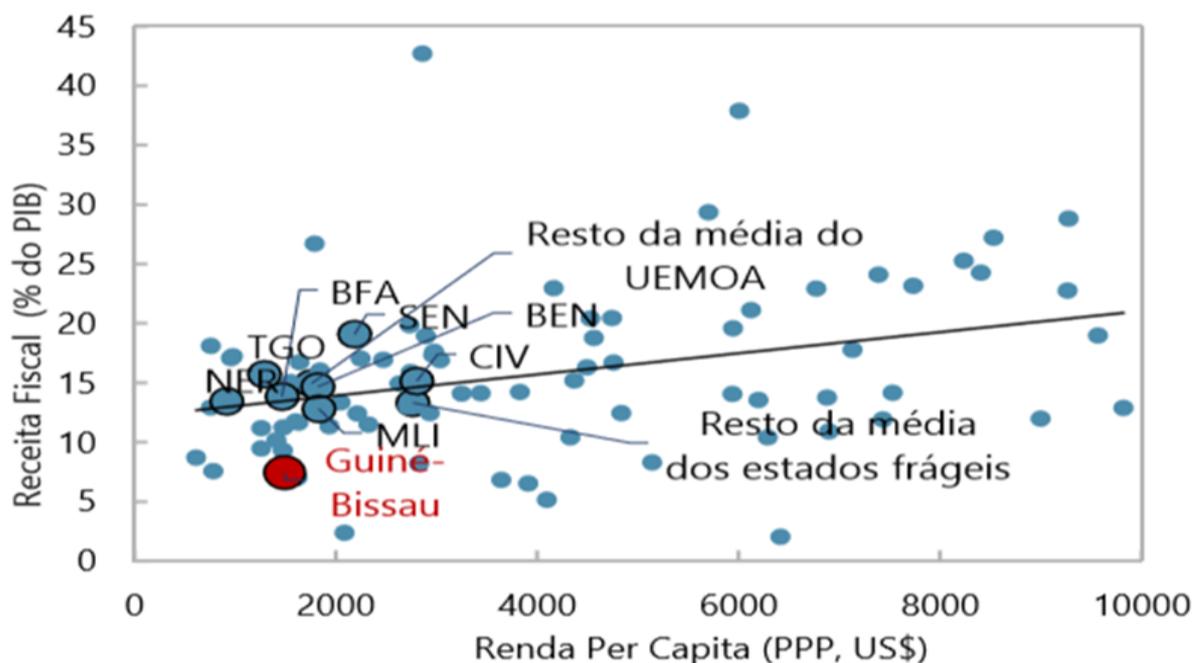
A falta de infraestruturas adequadas que permita ao Estado fiscalizar e desenvolver o seu trabalho tributário também contribui para a não-cobrança de grande parte das receitas fiscais, o que mostra a fraca funcionalidade e organização das instituições financeiras da Guiné-Bissau. Segundo o relatório do FMI (2017), a economia informal na Guiné-Bissau continua a ser um dos pontos preocupante da agenda, dada a dimensão do sector económico e as suas fragilidades.

Para Krein e Proni (2010) a economia informal envolve atividades que estão na margem da formalidade e pode incluir empreendimentos unipessoais ou familiares e microempresas com trabalhadores que deliberadamente não cumprem o padrão da regulamentação fiscal, do emprego e direitos básicos do trabalho vigente num país.

O FMI (2017), estima que a economia informal da Guiné-Bissau pode estar muito próxima da média da África Subsariana de 38% do PIB, muito superior à média da Ásia, Médio Oriente ou África de Norte. Para Monteiro *et. al* (1996), a proliferação da economia informal na Guiné-Bissau, não prende apenas ao sector económico, está também relacionada com a estratégia ou política de sobrevivência que as famílias Guineenses adotaram para minimizar a miséria enquanto não conseguem emigrar. Barros (2012), acrescenta que o setor informal é o segundo potencial gerador do emprego na Guiné-Bissau, citando dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estima 60% do emprego urbano na África subsariana é gerado por economia informal e 25% noutros sectores.

Para o FMI (2017), a mobilização da receita fiscal na Guiné-Bissau constitui um passo fundamental para a alavancagem da economia e permite o financiamento interno das infraestruturas sociais prioritárias para o desenvolvimento humano e também para colmatar as lacunas dos cortes nos financiamentos externos que o país tem sofrido. Segundo o relatório do FMI, o rácio da receita fiscal por PIB aumentou de 4,2% em 2002 para 10,1% em 2016, e vai ainda mais longe afirmando que o potencial fiscal da Guiné-Bissau é de cerca de 21% do PIB, se a reforma administrativa fiscal em curso for concretizada. A figura 1 confirma os dados de representação dos países da sub-região em relação as receitas fiscais e rendimentos per capita:

Figura 1. Receita Fiscais e Rendimento Per Capita
(Média 2006/2016)



BFA ↔ Burkina Faso	SEN ↔ Senegal	CIV ↔ Côte d'Ivoire	BEN ↔ Benin
NER ↔ Niger	TGO ↔ Togo	MLI ↔ Mali	Guiné-Bissau

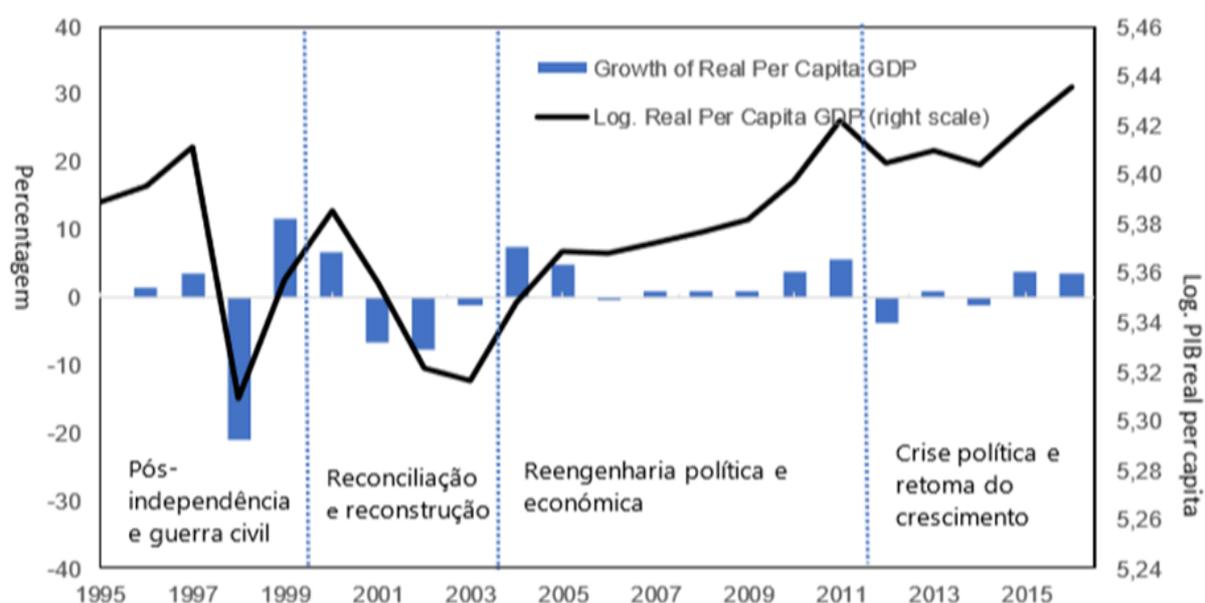
Fonte: Fundo Monetário Internacional 2017.

A instabilidade política e fraca capacidade institucional são outros dos principais desafios com que a cobrança de imposto se confronta na Guiné-Bissau. O FMI alerta para as isenções fiscais duvidosas no seu relatório de 2011, que somavam 2,7% do PIB, o que mostra o fraco rigor no cumprimento das obrigações tributárias e a ineficácia do Governo no controlo de corrupção. Os impostos do comércio internacional (já incluindo o imposto de exportação de caju) representa 2,2% do PIB na Guiné-Bissau. Nos países da UEMOA é de 3,8% do PIB e nos Estados frágeis é de 3,5% do PIB. O FMI também confirma que as taxas de impostos são mais baixas na Guiné-Bissau, em comparação com os países da UEMOA (FMI 2011).

Relativamente à gestão pública e eficácia do Governo, o FMI (2017) de novo aponta a instabilidade política da Guiné-Bissau, como responsável pelo atraso na construção de um quadro jurídico que regula a gestão das finanças públicas, citando um programa do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais (CPIA) que dá nota negativa à Guiné-Bissau em matéria de qualidade da administração pública (2,5 em 6), e da transparência e responsabilidade do sector público (2 em 6) comparando com a média dos países da UEMOA (3,1 em 6).

O relatório do FMI (2017) aponta entre 1996 a 2003, como período de deterioração institucional na Guiné-Bissau: o PIB per capita diminuiu em média por ano 1,3%; a pobreza extrema foi em média de 53,9% e a inflação 14,7% por ano. E entre 2004 a 2011, durante o período de maior estabilidade política, registou um crescimento económico do PIB per capita em média de 2% por ano, enquanto que a inflação baixou para 3,2% por ano. Este período de acalmia foi por sua vez interrompido pelo golpe de Estado de 2012. A Figura 2 mostra como a instabilidade política tem implicações diretas na economia, medida através do PIB real per capita da Guiné-Bissau:

Figura 2. Guiné-Bissau: PIB real Per Capita, 1995 – 2016.



Fonte: Fundo Monetário Internacional 2017.

A Guiné-Bissau tem uma economia pequena e aberta, altamente dependente da produção e exportação da castanha de caju que representa 90% do total da exportação, peixe 7% e madeira 3% respetivamente. A diversificação da economia tem subido para o tema central na agenda dos doadores internacionais da Guiné-Bissau, mas o FMI alerta para o perigo que a instabilidade política representa no processo e planeamento a longo prazo de uma política económica verdadeiramente vocacionada para o desenvolvimento sustentável que o país preconiza desde a sua independência (FMI 2017).

O alerta do FMI mostra um outro aspeto do problema que se prende com o Estado de Direito: a concepção moderna do Estado implica uma sociedade politicamente organizada e juridicamente independente. Como disse Gomes (2010) “Estado de Direito se alicerça na Constituição que por sua vez, é o primado da lei sobre o poder e os indivíduos”. Na Guiné-Bissau “a justiça não tem um consenso racional e as leis não se aplicam a todos”, os verdadeiros detentores do poder real são os militares, o poder civil sucumbiu nas entranhas da instabilidade política crónica, por isso enraizou-se uma cultura de assassinatos e agressão por existir a impunidade. A noção de justiça e bem-estar social é âncora do Estado de Direito, mas na Guiné-Bissau esta noção não existe (Gomes, 2010).

A fraqueza da Constituição e a necessidade de uma reforma urgente é o ponto central do relatório divulgado em maio de 2018, pelo Instituto de Estudos de Segurança em colaboração com UNIOGBIS, sobre a tema *Dotar a Guiné-Bissau de uma nova Constituição para consolidar o Estado de Direito e a estabilidade*, lembrando que em 44 anos de história como Estado independente a Guiné-Bissau teve três Constituições: “Constituição de 24 de Setembro de 1973 (dito de “Boé”), em vigor até 1980; Constituição de 16 de Maio de 1984, que previa um regime presidencial mais autoritário e Constituição de 26 de Fevereiro de 1993, que marcou o fim da transição constitucional iniciada em 1991 e que foi emendada em 1995 e em 1996” (Instituto de Estudo de Segurança – ISS, 2018). Uma revisão constitucional permitiria suturar as ambiguidades na organização e no funcionamento do poder político, principalmente no que se refere a órgãos de soberania e à responsabilidade do Presidente da República e do Primeiro-Ministro em relação ao poder de demissão e nomeação.

Segundo os dados de Worldwide Governance Indicators, sobre a estabilidade política e ausência da violência¹ na Guiné-Bissau é de -0,5 (fraco) no ano de 2016. Nesta mesma base de dados, relativamente aos dados da eficácia do Governo no ano de 2015, é de -1,5 (fraco) e nos dados de controlo de corrupção é de -2 (muito fraco) no ano de 2015.

O Índice Ibrahim² por sua vez, avaliou a governança na Guiné-Bissau em 2016, com as seguintes pontuações: Segurança e Estado de Direito 42,1; Participação e Direito Humano 46,3; Oportunidade Económica Sustentável 28,8 e Desenvolvimento Humano 48,1.

¹ WGI mede indicadores globais de governança baseadas em um modelo que agrega as respostas de várias fontes de informação nos 6 clusters amplos, medida num intervalo de -2,5 (muito fraco) a 2,5 (muito forte).

² Índice Ibrahim mede bens e serviços públicos aos cidadãos por parte de atores governamentais e não estatais. Utiliza indicadores em quatro categorias principais: Segurança e Estado de Direito; Participação e Direitos Humanos; Oportunidade Económica Sustentável; e Desenvolvimento Humano como proxies para

De acordo com Sangreman *et al.*, (2006), o país está dependente das condições impostas pela Comunidade Internacional em troca dos apoios financeiros porque a estrutura económica entrou em colapso. Neste quadro a situação da Guiné-Bissau é grave e de grande complexidade. Segundo O`Regan e Thompson (2013), as consequências da instabilidade na Guiné-Bissau, prendem-se hoje com outras atividades de grupos extremistas e terroristas na África Ocidental e o narcotráfico que se estende por toda a região, com ameaças reais à segurança e ao desenvolvimento da Boa Governação. Para Carvalho (2010), na base da instabilidade política da Guiné-Bissau, está uma complexa relação de poder dentro das Forças Armadas com ligação ao poder político, que produz conflitos pelo acesso a recursos do Estado e dos que provem do narcotráfico.

a qualidade dos processos e resultados da governança. É a coleção mais abrangente de dados qualitativos e quantitativos que avaliam a governança na África. É uma avaliação progressiva e consultiva da governança, tem pontuação de 0 a 100, onde 100 = melhor pontuação.

4. DIMENSÃO MILITAR

4.1. A situação da defesa e segurança na Guiné-Bissau

A instituição militar é de grande importância na análise do quadro da instabilidade política da Guiné-Bissau. Segundo *The Military Balance* (2017), as Forças Armadas Guineenses quase sempre desempenharam um papel direta ou indiretamente na política nacional. Desde a independência que estão associados ao crime organizado, a golpes de Estado, ao tráfico de armas e de drogas mais recentemente, entre outros. O ativo militar é de 4.450 homens, divididos entre o Exército (4.000), Marinha (350) e Força Aérea (100). No entanto, o estado débil da economia do país não tem permitido a manutenção dos seus equipamentos que são ainda da era Soviética.

No relatório de Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) em colaboração com o Instituto de Estudos de Segurança (ISS) de 2018, confirma-se que o grande problema das Forças Armadas na Guiné-Bissau é o peso que representa no orçamento do Estado. Em 2016, o exército Guineense era composto por pouco mais de 4.000 homens que corresponde dois soldados por cada mil habitantes, ao passo que, no Senegal é de um soldado por mil habitante e na Guiné Conacri é de 0,75 por mil habitantes. Este relatório vai ainda mais longe, mostrando que se juntarmos as Força de Defesa e de Segurança (GN – Guarda Nacional, POP – Polícia de Ordem Pública, PIR – Polícia de Intervenção Rápida, PJ – Polícia Judiciária e o Serviço de Informação) estamos a falar de quase 8.500 homens (UNIOGBIS, 2018).

O relatório publicado pelo CEEA – Centro de Estudos Estratégicos da África, de O'Regan e Thompson (2013), dava conta da complexa composição demográfica das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) da Guiné-Bissau. Para os autores deste relatório, o período entre 1990 e 2009 é marcado por uma inflação galopante de promoções de patentes na fileira militar. Atualmente, as Forças Armadas Guineenses contam com 42% Oficiais, 38% Sargentos e Cabos e 20% Soldados rasos, invertendo assim a estrutura da hierarquia militar, como fica patente no Quadro 2:

Quadro 2 Configuração das patentes militares na Guiné-Bissau

Forças Armadas		Proporção do total (%)
Patente	Oficiais	42%
	Sargentos e Cabos	38%
	Soldados rasos	20%
Ramos	Exército	86%
	Força Aérea	4%
	Marinha	10%
Faixa etária	20 anos ou menos	0.1%
	De 20 a 40 anos	44%
	De 40 a 60 anos	51%
	Mais de 60 anos	5%
Tempo de serviço	Menos de 5 anos	33%
	De 5 a 20 anos	23%
	De 20 a 30 anos	20%
	Mais de 30 anos	25%

Fonte: CEEA – Centro de Estudos Estratégicos da África, 2013.

Esta mudança ou transformação na hierarquia, aumenta ainda mais a dificuldade no processo de reformar o sector da defesa na Guiné-Bissau, mesmo com a média da idade em 2013 de 55% dos militares com mais de 40 anos e em 2016, alguns com mais de 80 anos, fruto da ausência de reforma na instituição militar (The Military Balance 2017).

Segundo dados do Instituto de Estudos de Segurança – ISS (2018), o número de oficiais generais aumentou exponencialmente na Guiné-Bissau, passando de 1 oficial-general em 1991, para 17 oficiais-generais em 2009, sendo que em 2017 já se contava com 37 oficiais-generais. Em 2005, a Reforma do Sector da Defesa e Segurança (RSDS), apoiada pelo Reino Unido (com uma longa experiência já demonstrada na Serra Leoa, nesta matéria) estimava em 184 milhões de dólares o montante necessário para reduzir os efetivos da Força de Defesa em 70%, para cerca de 3.444 homens. Foi apenas uma das várias tentativas infrutíferas de reforma no sector da defesa e segurança como demonstrado no Quadro 3:

Quadro 3 Tentativas de reforma no sector da defesa e segurança na Guiné-Bissau

<i>Anos</i>	<i>Principais iniciativas da reforma no sector de defesa e segurança</i>	<i>Financiadores</i>	<i>Executores</i>	<i>Metas</i>
1973	Desmobilização com a atribuição de subsídios e concessão de pensões	União Soviética, China e países Nórdicos da Europa	PAIGC e Governo	Não cumprido
1979	Reforma organizacional do exército através do modelo de um exército clássico	Suécia	PAIGC e Governo	Não cumprido
1985	Modernização do exército de acordo com uma estrutura ocidental	Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional	Técnicos de FMI, BM e Governo	Não cumprido
1991	Ajuste orçamental com a redução dos efetivos das Forças Armadas	PNUD e Fundo Monetário Internacional	Governo	Não cumprido
1998-1999	Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração dos antigos combatentes (PDRRI)	Banco Mundial e União Europeia	Governo	Não cumprido
2005	Introdução do Projeto de Reforma do Setor da Defesa e Segurança (RSDS)	Reino Unido, União Europeia, UNIOGBIS	Técnicos da EU e o Governo	Não cumprido
2006	Estratégia Nacional para Reestruturação e a Modernização do Setor de Defesa e da Segurança	ONU e União Europeia	Governo	Não cumprido
2008	Implantação de uma missão da UE para a planificação da implementação da estratégia RSDS	União Europeia	Técnicos da EU e Governo	Não cumprido
2010	Decreto de criação de Fundo de Pensão Especial das FDS	–	Governo	Cumprido
2015	Apresentação de um plano quinquenal de 270 milhões de dólares para o sector da Defesa	PNUD, União Europeia e Governo	Governo	Não cumprido
	Decreto-Lei sobre o funcionamento do fundo de pensão especial	–	Governo	Cumprido

Fonte: Dados do autor recolhido dos vários relatórios sobre a reforma na Guiné-Bissau.

É importante que se consolide a reforma projetada. Como refere Correia (2008), se “se cruzar o problema de combate ao narcotráfico torna clara a urgência de reestruturação do sector da defesa e segurança e libertar o poder energético necessário para encarar os desafios do desenvolvimento e a tendência marginal que a Guiné-Bissau representa aos olhos da comunidade internacional”. O recurso de tráfico de droga pode financiar as posições na hierarquia militar como pode influenciar os políticos para a corrupção e o próprio processo eleitoral.

Relativamente à política de segurança da sub-região, a Guiné-Bissau faz parte da instituição que regula e fiscaliza a política de segurança na região da África Ocidental, a CEDEAO. Foi criada em maio de 1975, pelo Tratado de Lagos – Nigéria, por 15 países membros. O sector da política de segurança e a resolução de conflitos na sub-região é uma das principais áreas de atuação da CEDEAO. Nesta perspetiva, os Estados membros da CEDEAO estão engajados num plano de reforma dos sectores da segurança e da justiça com apoios dos parceiros externos da Nações Unidas e da União Africana, como por exemplo, a estratégia marítima integrada da CEDEAO de 2014.

Nas sucessivas crises políticas e militares da Guiné-Bissau, a CEDEAO esteve sempre presente e interveio diretamente. A sua intervenção mais dura foi através da decisão A/DEC. 2. 01/2018, assinada pelo presidente Togolês em exercício da presidência da CEDEAO, constituindo sanções coletivas e individuais contra pessoas e organizações na Guiné-Bissau (ECOWAS, 2018).

O ato complementar sobre a política da CEDEAO para a Reforma e a Governação do Sector da Segurança de 2016, salienta que os países membros “orientam as políticas, as estruturas e as capacidades das instituições e dos grupos engajados no sector da segurança, de forma a torná-los mais eficazes e eficientes, mais responsáveis e atentos ao controlo democrático, assim como às necessidades da população em matéria de segurança e de justiça”. A reforma e a governação do sector da defesa e segurança, constitui uma componente essencial na política de prevenção de conflitos, que se enquadra na *VISÃO 2020 da CEDEAO*, da livre circulação de pessoas e bens com dignidade e paz numa plataforma regional que advoga os princípios da governação democrática, entre as quais, a responsabilidade, a transparência, a solidariedade do comercio equitativo e o Estado de Direito (Relatório da CEDEAO, 2016).

A questão militar na Guiné-Bissau é de grande complexidade. Como disse Carvalho (2011), estar na tropa para alguns grupos étnico é motivo de orgulho, de *status social*, e quando juntarmos a isso o narcotráfico e o dinheiro que dessa atividade circula, num país onde mais de 65% da população vive com menos de 2 dólares por dia, então compreendemos a resistência

em relação a reforma. Segundo Ball (2004) as reformas no sector da defesa e segurança são sempre difíceis porque remetem para os detentores dos poderes coercivos do Estado, mesmo em democracias já bem consolidadas gera conflitos e demora anos para a sua conclusão. Para Gorjão (2010) a tentativa do golpe de Estado na Guiné-Bissau de 1 de abril de 2010, que culminou com a detenção por algumas horas do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior³ e do chefe das Forças Armadas, Tenente-general Zamora Induta,⁴ foi originada precisamente pelo processo de reforma em curso nas forças de defesa e segurança.

Esta promiscuidade entre o poder político e o poder militar não é nova. O país tem assistido há décadas a ajustes de contas entre as elites políticas e militares sem que a justiça intervenha, promovendo assim um ciclo de vingança e violência constante, fazendo do poder político refém do poder militar, com a mentalidade de que os reformados são os perdedores: quem garante a segurança dos políticos e técnicos que vão implementar a verdadeira reforma no sector da defesa e segurança? Como referido pelo Ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, “não há segurança sem desenvolvimento e não há desenvolvimento sem segurança”. Logo percebemos a necessidade urgente e crucial da reforma no sector da defesa e segurança na Guiné-Bissau.

Como refere Bayart (2004), “as redes criminosas procuram lacunas nas economias nacionais, corrompendo as instituições do poder (policías, juízes, políticos e empresários). A globalização financeira permitiu a desregulamentação financeira, dando espaço para o crime organizado movimentar livremente os capitais do crime de um canto do mundo para outro”. Karthala (2004) afirma que o fluxo de atividades criminosas de proporções gigantescas de capital financeiro mostra que a Guiné-Bissau foi abandonada internacionalmente, deixada à mercê de instituições mafiosas que operam em nome do Estado.

³ **Carlos Domingos Gomes Júnior** é um político Guineense por duas vezes primeiro-ministro: de 10 de maio de 2004 a 2 de novembro de 2005, e foi novamente para o cargo do primeiro-ministro de 2 de janeiro de 2009 até 10 de fevereiro de 2012. É candidato as presidenciais de 2019.

⁴ **Zamora Induta** é um tenente-general da Guiné-Bissau, também foi chefe do Exército de Guiné-Bissau entre 27 de outubro de 2009 até 1 de abril de 2010.

5. DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

5.1. A situação sociocultural na Guiné-Bissau

Ao falar da instabilidade política da Guiné-Bissau, existe sempre uma polarização da diversidade étnica que assombra uma análise mais coerente. Amílcar Cabral⁵ sempre disse que a diversidade étnica da sociedade Guineense é a maior riqueza cultural da Nação (Kohl, 2010). Para Koudawo (2001), a língua *Crioulo (Kriol)* que liga todos os grupos étnicos que compõem o mosaico cultural da sociedade Guineense, constitui um dos principais pilares da Nação Guineense. Desde o início da luta pela independência que o *Crioulo* começou a fortificar a convergência de todos os grupos étnicos para uma consciência de unidade nacional, na altura contra o colonialismo português.

A origem do *Crioulo* é muito antiga, “desde os primórdios dos primeiros contactos entre o povo da África Ocidental e os Europeus, o seu início de desenvolvimento remonta ao século XVI, muito ligado ao intenso comércio entre os dois continentes, e posteriormente no território da atual Guiné-Bissau, nos meados do século XIX, com intenso comércio com os portugueses” (Koudawo, 2001). É nesta linha ténue de convergência entre a *identidade étnica* e a *identidade nacional* que muitos autores como Koudawo, acreditam ter nascido o projeto da Nação-Estado na Guiné-Bissau.

O Estado Guineense é frágil, incapaz de criar condições das necessidades básicas para a sua população. Basta lembrar que a taxa de pobreza em 2005, era de 64,7% da população em pobreza absoluta (que vive com menos de dois dólares por dia) e 22% da população em pobreza extrema (que vive com menos de um dólar por dia); a esperança de vida à nascença é de 47 anos. Quando se acrescenta a taxa de analfabetismo de 63% e uma prática cultural de má governação que canaliza os recursos do Estado para fins pessoais, um sector privado débil, sem visão e qualificação incapaz de gerar emprego ou investimento no mercado, altamente dependente do Estado, é possível assim alcançar um quadro geral da vida quotidiana da sociedade Guineense (Barros e Riviera, 2015).

⁵ **Amílcar Lopes Cabral**, foi o pai da independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, político engenheiro agrónomo e escritor. Morto em Conacri a 20 de janeiro de 1973.

O programa de luta contra a pobreza, denominado Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP) falhou a toda a linha, como indica o Quadro 4:

Quadro 4 Taxa de pobreza na Guiné-Bissau por regiões em 2002

Regiões	Taxa de pobreza absoluta (menos de 2\$ por dia)	Contribuição por região na pobreza
Bafatá	72,4%	13,6%
Biombo / Bolama	62,6%	9,1%
Cacheu	63,8%	14,2%
Gabú	65,8%	12,3%
Oio	79,6%	18,0%
Quinará / Tombali	69,1%	12,2%
Bissau	51,6%	20,6%
Regiões sem Bissau	69,1%	79,4%
Total do País	64,7%	100%

Fonte: INEC – Instituto Nacional de Estatísticas e Censo.

A degradação crónica da qualidade da vida e falta de requalificação das infraestruturas da educação, saneamento básico, saúde e a crise energética entre outros problemas sociais, não permite uma relação interétnica cordial no esforço da tomada de consciência da sociedade civil no processo do desenvolvimento político e democrático. Como disse Dahl (2000:172), “é provável que as instituições políticas se desenvolvem mais rápido nos países culturalmente bastante homogêneo do que nos países com subculturas diferentes e em conflito”, como é o caso da Guiné-Bissau.

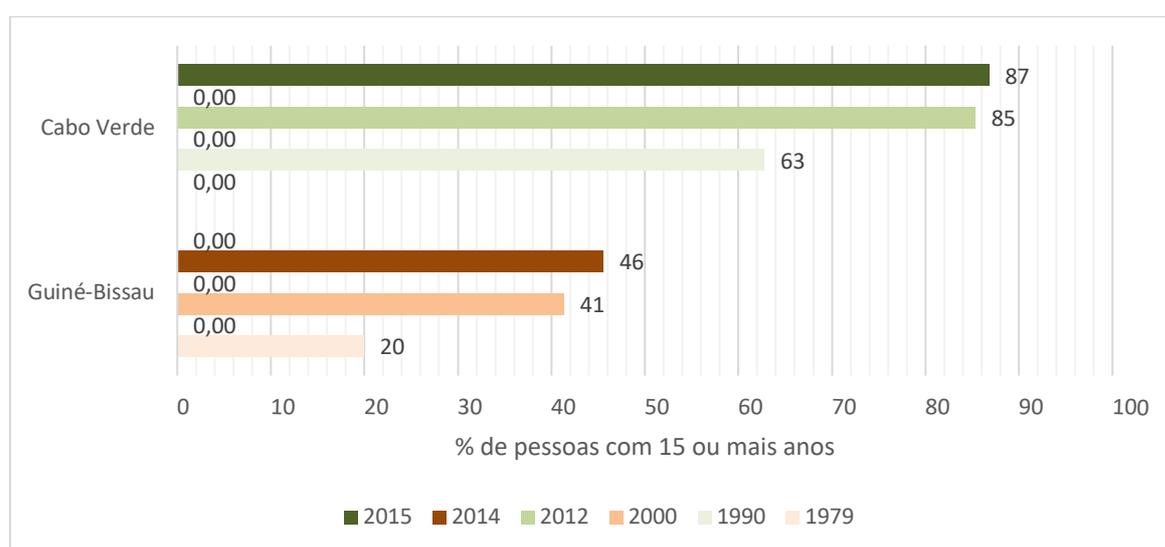
A situação da educação na Guiné-Bissau é também caótica e preocupante. De acordo com Barreto (2013), a sociedade civil substitui o Estado Guineense na prestação de serviço educativo, por exemplo: os *Complexos Escolar At-tadamun* (a solidariedade) que contava no ano letivo 2010/2011, com mais de 1000 alunos, financiada e subsidiada pela Agência Muçulmana de Kuwait; as *Escolas Publicas de Iniciativa Comunitária*, organizadas por Associações locais ou de tabancas com 978 alunos no ano letivo 2010/2011, financiadas e subsidiadas por encarregados de educação e emigrantes filhos de tabanca (aldeia), são as soluções encontradas para as famílias que não têm condições para financiar os estudos dos filhos.

Para Costa e Barreto (2010) citando a Carta da Política do Sector Educativo produzida pelo Ministério da Educação Nacional do Ensino Superior, Juventude, Cultura e Desporto da Guiné-

Bissau, em 2006, o número dos alunos eram de 270 000 e é possível que até 2015 tenha chegado aos 400 000 alunos em idade escolar de 7 a 17 anos, representando assim um quarto da população 39% de 1.600 000 habitantes num país onde a educação é precária.

Outro dado relacionado com a instabilidade política pode ser encontrados em termos do índice do desenvolvimento humano⁶. Segundo o relatório do PNUD, a Guiné-Bissau atingiu 0,45 (muito baixo) nesse índice em 2017. Um estudo realizado pela UNESCO, sobre a taxa de alfabetização total dos adultos⁷, indica que a Guiné-Bissau apenas alcançou 46% da população em 2014, como demonstra a Figura 3:

Figura 3. Guiné-Bissau e Cabo Verde, taxa de alfabetização total dos adultos



Fonte: Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A pobreza e o baixo nível de escolaridade na sociedade não permitiram o desenvolvimento da cultura: literatura, artes, dança, música, teatro, cinema, tecelagem e todas as tradições reconhecidas como sendo traços culturais Guineense, mesmo as preservações dos patrimónios históricos, não conseguiram escapar a estas tendências.

⁶ O IDH baseia-se nos seguintes três indicadores: longevidade – medida pela esperança de vida à nascença; níveis de escolaridade – medidos por uma combinação de alfabetização de adultos (peso de dois terços) e taxa matrícula combinadas primária, secundárias e terciárias (um terço de peso); e padrão de vida – medido pelo PIB real per capita PPP\$.

⁷ Segundo a UNESCO a taxa de alfabetização de adultos é a percentagem de pessoas com 15 anos ou mais que podem, com compreensão, ler e escrever uma declaração curta e simples sobre sua vida cotidiano.

6. INSTABILIDADE POLÍTICA DA GUINÉ-BISSAU

6.1. Dimensões, Causas e Efeitos

Foram realizadas várias análises documentais com base em livros, artigos, revistas acadêmicas para entender: quais são os principais fatores da instabilidade política na Guiné-Bissau? Após terem sido examinadas as três dimensões anteriores, foi realizado um conjunto de entrevistas semiestruturadas a personalidades de relevo com conhecimentos específicos sobre a tema em questão. As entrevistas foram direcionadas através de um conjunto de perguntas pertinentes do interesse da investigação. Os indivíduos foram selecionados para a amostra por conveniência do investigador de acordo com as suas experiências e trajetórias profissionais. O público alvo da entrevista são os três grupos de atores, Políticos, Militares e a Sociedade civil da Guiné-Bissau. Conhecer as opiniões destes atores sobre a instabilidade torna-se assim de grande importância para este trabalho, procurando-se extrair algumas respostas mais conclusivas.

Para os entrevistados políticos, a instabilidade da Guiné-Bissau, prende-se com duas causas, uma mais longínqua e outra mais recente. A causa mais longínqua prende-se com a herança da luta colonial negativa, dos homens valentes e intolerantes, a chamada “*cultura de machundade*”. Como indica relatório de Voz-di-Paz⁸, esta versão típica dos Guineenses de machismo é muito diferente da relação entre os sexos nas sociedades. Trata-se de um culto das leis dos mais fortes ou dos mais valentes, é uma cultura de violência pela violência ao passo que o diálogo é remetido para os fracos. Nesta visão cultural a cedência ou concessão numa dada disputa ou discussão é vista como um fracasso ou vergonha. Por isso qualquer disputa por mais pequena que parece torna-se geradora de grande conflito (Voz-di-Paz, 2010). O golpe do Estado de 14 de novembro de 1980 foi o pontapé de saída para a instabilidade política, enquanto que os vários outros golpes posteriores e assassinatos criaram ódios na sociedade.

O conflito político-militar de 7 de junho de 1998 é um bom exemplo desta cultura, pois podia ter sido evitado se as partes envolvidas tinham vontade ou espírito de diálogo, o que não aconteceu. As partes estavam mais interessados em mostrar as suas valentias de “*matchundade*”. Este conflito enfraqueceu por completo o Estado, mergulhando desde então a

⁸ Segundo o relatório, a cultura de machundade pode ser definida como a “propensão bem guineense a medir o valor de um homem, através da sua capacidade de ser áspero, arrojado, violento, prepotente, temível, repelindo qualquer tentativa de *falta de respeito* por reações rijas. Este culto do desassombro leva a uma dimensão paroxística acaba por ser um obstáculo à paz, impede a instauração de relação de confiança numa sociedade dominada por comportamentos de confronto pela via da força” (Voz-di-Paz, 2010).

Guiné-Bissau num ciclo de instabilidade sem precedente e aniquilando por completo o Estado de Direito.

A causa mais recente está relacionada com a luta dentro da classe política Guineense, num país pobre e subdesenvolvido onde todos os recursos estão concentrados no Estado. Isso gera conflito pelo controlo do poder do Estado, gerando dois efeitos importantes que devem ser realçados: o primeiro é o medo de perder a única fonte de recursos que é o Estado. Este medo de perder leva ao segundo efeito que é a utilização de todos os tipos de acrobacias políticas, mesmo elas sendo antidemocráticas (corrompendo as instituições ou pessoas ligadas a essas mesmas instituições) para conseguir o único meio de subsistência que o país dispõe. Ficar fora da fonte por quatro anos é um problema sério para quem tem o Estado como seu único meio de subsistência do quotidiano.

Para o entrevistado (7), “as crises começam sempre depois das eleições através das lutas para conseguir pastas governamentais”; a verdade é que se o PAIGC não está no poder e o PRS está, então o PAIGC consegue criar um momento de crise quer no país quer também dentro do PRS como aconteceu em 2003, que culminou com um golpe de Estado. Se o PRS não está no poder e o PAIGC está, então o PRS provoca também ele uma crise no país. No entanto, quando o PAIGC está no poder, algumas alas dentro do próprio partido vão também estar insatisfeitas com a liderança e irão criar crises internas, que acabam por transbordar para nível nacional, como aconteceu com os 15 deputados do PAIGC, expulsos do partido em 2015, que criaram em 2018 o MADEM G-15.

O que se deduz é que os momentos de crise interpartidária ao nível de governação são igualmente criados de dentro para fora e de fora para dentro prejudicando assim a eficácia de qualquer tipo de Governação. Como disse o entrevistado (1), muitos políticos não encaram o partido como uma instituição da democracia, encaram-nos como uma associação de pequenos grupos de pessoas, que podem de um momento para o outro ganhar o seu ganha-pão; por isso temos um país pequeno com grande número de partidos políticos. Por outro lado, para o entrevistado (4), “os políticos Guineenses até hoje não interiorizaram a democracia, tem mais ditadores na praça pública do que democráticos, os políticos não gostam de respeitar as leis, aí reside o ponto central da instabilidade política”. Existem outras argumentações de que o regime semipresidencialista na Guiné-Bissau é propenso ao conflito, porque a Constituição da República permite a maior autonomia do Presidente da República face ao Governo em matéria de destituição, o que não acontece noutros países com o mesmo tipo de regime político.

Se analisarmos a conjuntura do país ficam desde logo patentes as fracas instituições e um défice dos recursos humanos galopante, o que leva a incapacidade de o país resolver os seus

problemas, criando assim a instabilidade política que é o inimigo da economia, do desenvolvimento e do bem-estar social, proporcionando o caminho fértil para o subdesenvolvimento. Todos os entrevistados deste grupo concordam que a baixa taxa de índice do desenvolvimento humano na Guiné-Bissau associado à inexistência da justiça, onde reina a impunidade, juntamente com a corrupção generalizada mina qualquer processo de eficácia de Boa Governança, sendo a classe política a principal responsável pela instabilidade política que a Guiné-Bissau tem estado mergulhada.

Para os entrevistados militares, é difícil tirar as Forças Armadas da esfera política na Guiné-Bissau, porque ao contrário de outros países, onde o Estado é que cria as suas Forças Armadas, no caso da Guiné-Bissau as Forças Armadas é que criaram o Estado Guineense: depois da independência passou a ter um Estado militarizado fruto de 11 anos da luta contra o colonialismo Português. Em conjunto com os acontecimentos políticos e sociais ocorridos desde a sua independência, fica clara a grande falta de responsabilização que vai alimentando a promiscuidade e dificultando a desvinculação do poder militar da política.

A promiscuidade entre o poder militar e político é também condicionada pelo baixo salário que sempre norteia a classe militar na Guiné-Bissau; esta condição torna favorável a manipulação dos militares por parte dos políticos. Como disse o entrevistado (10), “em 2010, quando o Primeiro-ministro Carlo Gomes Júnior foi preso por António Indjai⁹, não pode imaginar quantos políticos é que entraram no quartel para entregar dinheiro ao António Indjai para não deixar sair o Primeiro-ministro, eu estava lá e vi a quantidade de dinheiro, porque sou um dos que contou, conhecemos estas pessoas e são bons filhos deste país”. A instabilidade na Guiné-Bissau, está sempre relacionada com os políticos e os militares.

As lutas que se verificam devem-se não só apenas ao baixo salário de 28 mil FCFA (45€) mensal por soldado, mas também pelo controlo do poder militar a fim de controlar dinheiros das remessas políticos e mais recentemente do narcotráfico. Como referido pelo entrevistado (09), “em 2007, um avião Francês aterrou no aeroporto Osvaldo Vieira e foi preso por agentes de Para-comando que comunicaram logo para Marinha e Estado Maior, partimos logo para aeroporto, quando chegamos, Tagme Na Waie¹⁰ mandou prender todos os elementos que

⁹ **António Indjai**, foi um militar que atuou como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau entre 2010 até 2014, é o líder da revolta militar tanto de 1 de abril de 2010, como do golpe de Estado de 2012.

¹⁰ **Batista Tagme Na Waie**, foi um major-general do Exército da Guiné-Bissau. Foi designado chefe do Estado Maior em outubro de 2004, e foi assassinado em funções em 2009.

encontrava no avião, poucos minutos depois recebeu a chamada do Presidente Nino Vieira, logo de seguida saímos do aeroporto para casa do Presidente, quando chegamos os dois chefes militares entraram e passado 30 minutos, voltaram para nos dizer, para ir por quartéis a história ficou por aqui e as tripulações e avião foram embora, isso tudo para ti dizer que nada se passa neste país, sem que os políticos não saibam e também não estão envolvidos”.

A diversidade étnica faz parte da sociedade Guineense, como também é verdade que as Forças Armadas possuem um grupo étnico que é predominante (*Balantas*). No entanto, a raiz dessa preponderância remonta ao período anterior à independência, o período da luta contra o colonialismo Português, porque foi o grupo étnico que constituiu a maioria dos combatentes militar do PAIGC. Como tal, este grupo sempre teve grande representatividade dentro das Forças Armadas Guineense, pese embora nunca se tenha feito uma reforma significativa desde a sua criação em *Cassacá* no dia 17 de fevereiro de 1964.

Para o entrevistado (14), as Forças Armadas sempre dirigiram o país. A verdade é que sempre suportaram o poder político e o poder político também tem suporte nas Forças Armadas, no fundo a luta nas Forças Armadas é ao mesmo tempo uma luta pelo poder político, quem dirige as Forças Armada na Guiné-Bissau, tem influência nos políticos. Cada grupo político tem a sua facção dentro das Forças Armadas e estas facções lutam não só pela manutenção do poder militar, mas também para garantir a manutenção do poder político. Para o entrevistado (12), apesar de a Guiné-Bissau entrar na democracia, as Forças Armadas continuaram a controlar o poder político. A desacreditação nas instituições militares deu lugar à creditação nas pessoas de confiança em função da sua posição na estrutura da hierarquia militar, passando assim a ter homens fortes e instituições fracas; a instabilidade política começa quando estes homens fortes entram em desacordo em questões de manutenção do poder militar ou político.

O grande problema de reformar o sector da defesa e segurança na Guiné-Bissau, para os entrevistados, prende-se não só com questões militares, mas também com a estrutura de organização da reforma. Por outras palavras, as instituições escolhidas ou criadas para o efeito, as mordomias que usufruem, cria desde logo um clima de desconfiança. Sobretudo porque o mecanismo de implementação de reforma está altamente viciado, as instituições responsáveis para gerir reformas no passado não conseguem explicar aos futuros reformados o que vai acontecer depois da reforma. Para os entrevistados militares a reforma no sector da defesa e

José Américo Bubo Na Tchuto, foi um ex-almirante da Marinha da Guiné-Bissau. Foi o chefe do Estado Maior da Marinha entre 2003 até 2008. É considerado um barão de droga e estava desde 2010 indicado pelos Estados Unidos de América.

segurança na Guiné-Bissau, é como um fantasma, que se fala dele, mas nunca se vê, sendo muito urgente os próximos governantes criam condições verdadeiras para o efeito. Como referido pelo entrevistado (14), “sim é preciso reforma nas Forças Armadas, mas ninguém quer ir a uma reforma como no passado, um baril de cana (aguardente 200 litros) e cinco folhas de tabacos e vai para casa, quando a aguardente e o tabaco acaba volta para a sua função”. Para o entrevistado (15), se existe dinheiro para fazer uma reforma verdadeira, as Forças Armadas vão acabar ou o Governo vai ter de fazer recrutamentos obrigatórios, porque as pessoas estão cansadas nos quartéis. Como disse o entrevistado (16) “temos camaradas com mais de 70 anos, não podem sair só porque todas as suas vidas foram feitas nos quartéis e têm esperança de que um dia chegará a verdadeira reforma para compensar os anos que deram ao serviço da pátria Guineense”.

Por sua vez, a política de segurança da sub-região não é muito bem-vinda para todos os entrevistados militares principalmente a estadia da ECOMIB na Guiné-Bissau, que é vista como uma humilhação e afrontamento à classe militar. Por outro lado, a CEDEAO, já sancionou alguns militares de alta patente por envolvimento nos vários golpes de Estado e tráfico de droga. Nesse último caso, a própria comunidade internacional, incluindo os Estados Unidos de América, têm sancionado e prendido alguns membros da elite militar Guineense. No entanto a nível interno nenhum militar de alta patente foi condenado por derrubar governos ou por participação no tráfico de droga o que demonstra a ausência de responsabilização dos militares.

Para os entrevistados da sociedade civil, a estrutura administrativa do Estado da Guiné-Bissau é débil devido à pobreza, é instável porque é pobre e não tem crescimento porque é instável. A pobreza é a causa principal da instabilidade e a instabilidade é a causa principal da pobreza na Guiné-Bissau. Para a entrevistada (17), a baixa taxa de escolaridade no país, o analfabetismo e a ignorância a nível social, numa sociedade onde a maioria das pessoas não conseguem compreender o que é escrito, e onde o grosso modo da população vive de “*boatos*” é uma sociedade fácil de ser manipulada. Os novos fenómenos das últimas eleições em termos de *votos étnicos e religiosos*,¹¹ são exemplos claro do nível da ignorância que assola a sociedade Guineense.

¹¹ O artigo da doutora Cláudia Favarato, refere que “a baixa taxa de índice do desenvolvimento humano permitiu a baixa legitimidade do Estado Guineense estimulou a apelo ao mito e os símbolos fortemente enraizada na religião tradicional e promove a autoridade através do poder simbólico. A manipulação dos

Para o entrevistado (18), a instabilidade na Guiné-Bissau tem como uma das causas a classe política no geral, que em cada crise apresenta ao povo um “diabo” responsável: a partir de 1994, o “diabo” era o Presidente Nino Vieira¹², o povo é então levado a convencer-se que o único problema do país era apenas o Presidente, bastando que desaparecesse para se resolver a situação. O assassinato do Nino Vieira veio, no entanto, a demonstrar o contrário. Posteriormente o Presidente Kumba Yala¹³ foi apresentado como um líder que usava influências étnicas para controlar as Forças Armadas em proveito próprio; portanto o Presidente era o único causador do conflito no país, bastando que desaparecesse para o mesmo problema ficar resolvido. No entanto, Kumba Yala morre e os problemas continuaram. Algum tempo depois o povo foi convencido que afinal o problema não era Nino Vieira e nem Kumba Yala, mas sim os militares, porque eles é que fazem golpes de Estado; bastava que os militares deixassem de fazer política, e o problema estaria resolvido. Muito embora entre 2014 e 2019, os militares não tenham interferido nas sucessivas crises políticas que ocorreram em comparação com o período anterior, foi ainda assim o pior da história da democracia Guineense: uma legislatura com 7 Primeiros-ministros de 2015 a 2019. Atualmente, a identificação de um novo “diabo” parece recair no Presidente José Mário Vaz. O que demonstra o grande poder de manipulação da classe política Guineense.

A diversidade étnica para todos os entrevistados deste grupo, não constitui nunca um perigo ou é considerada causa da instabilidade política na Guiné-Bissau. De acordo com o entrevistado (18) “a partir do multipartidarismo é que a diversidade étnica entrou na agenda política devido à incapacidade dos políticos encontrarem fórmulas para combater os seus adversários, recorrem para os discursos de influências étnicas e religiosas a fim de angariar votos”. É de se recordar que na Guiné-Bissau, nenhum grupo étnico ou religioso é suficientemente numeroso para eleger um partido. Isso significa que os instigadores do tribalismo nunca conseguiram os seus objetivos de dividir para poder governar.

mesmos para servir objetivos políticos desempenha uma função-chave, uma vez que são ferramentas útil para aumentar a legitimidade da elite político e da liderança nacional” (Favarato, 2019).

¹² **João Bernardo Vieira**, foi militar e político Guineense por três vezes Presidente da República da Guiné-Bissau: de 16 de maio de 1984 a 29 de setembro de 1994; de 29 de setembro de 1994 a 7 de maio de 1999 e de 1 de outubro de 2005 a 2 de março de 2009, data do seu assassinato.

¹³ **Kumba Yalá**, foi um político Guineense e Presidente da República da Guiné-Bissau, de 17 de fevereiro de 2000 até 14 de setembro de 2003, data da sua destituição por um golpe de Estado, morreu a 4 de abril de 2014.

A pobreza generalizada no país contribui sem dúvida para a instabilidade política, como disse o entrevistado (22): “a Guiné-Bissau está entre os dez países mais pobre do mundo e dos cinco com mais baixa taxa de índice do desenvolvimento humano. A política determina e influencia a vida que as pessoas vão levando no quotidiano, então qualquer entrave político tem impacto direto na população”. Assim a qualidade de vida, da educação, de saúde e saneamento básico ficam aquém das expectativas.

Os três grupos dos entrevistados acreditam que a instabilidade tem várias causas e efeitos todos eles interligados e instigados principalmente pelo poder militar, com o epicentro no poder político. A baixa taxa de índice do desenvolvimento humano na Guiné-Bissau é uma das causas e efeitos da instabilidade, permitindo assim que a corrupção seja legitimada como normal na sociedade Guineense. Como referido pelo entrevistado (6), quando uma pessoa é nomeado(a) para o cargo de Ministro(a) ou Secretario(a) de Estado, o primeiro conselho que recebe da família é “chegou a sua vez, não esquece de aproveitar (roubar) e também dos seus amigos”. Esta cultura é generalizada e transversal a toda a classe social; se não obedecer a este conselho quando sair da função as pessoas vão dizer, foi Ministro(a) ou Secretario(a) de Estado fracassado(a) que não tem nem uma casa, continuou a pagar renda e os filhos estudam na escola pública, fica com este *rótulo*¹⁴ por toda a vida.

Para os 22 entrevistados a instabilidade política enfraqueceu gradualmente o Estado Guineense por completo, à medida que os princípios e valores do Estado de Direito foram dilacerados. A eficácia de governação e o controlo de corrupção é inexistente, as políticas de segurança da sub-região na Guiné-Bissau são desprezadas por parte das autoridades Guineenses. A responsabilização não se aplica a todos no país, a justiça é parcial e altamente politizada. Há falta de infraestruturas básicas para proporcionar uma educação condigna em todo o território nacional e a ausência ou enfraquecimento das instituições do Estado a nível das regiões torna-se uma ameaça séria não só para a Boa Governação, mas também para a própria consolidação da democracia na Guiné-Bissau.

Todos os atores entrevistados rejeitam que a diversidade étnica seja responsável pela instabilidade, embora ela possa ser instrumentalizada ocasionalmente pelo poder político. Contudo, existe consenso que a chegada do narcotráfico no país aumentou sim e

¹⁴ De acordo com o entrevistado (6), o rótulo de fracassado(a) por não ter roubado do Estado para construir casas ou enviar os filhos para estudarem no estrangeiro, como se costuma dizer: “você não aproveitou quando teve oportunidade”.

significativamente a instabilidade devido às lutas pelo controlo deste negócio que gera grande quantidade de lucro.

7. CONCLUSÃO

Em conclusão, quais são os principais fatores da instabilidade na Guiné-Bissau? A resposta a essa pergunta prende-se com vários problemas, todos eles interligados. Os principais pontos a reter são os seguintes: a instabilidade política na Guiné-Bissau não é conjuntural, ou seja, não basta um momento de crise passar para o problema ficar resolvido. O problema é sim estrutural do ponto de vista geral: a Guiné-Bissau tem problemas a nível da constituição do Estado, leis (Constituição da República); tem problemas a nível da administração pública (modo de acesso e funcionamento dos serviços públicos); tem problemas no sector judicial (uma justiça disfuncional e propensa a corrupção); tem problemas nos sectores sociais da Educação, Saúde, Emprego etc., tudo isso mostra que a instabilidade da Guiné-Bissau prende-se com a debilidade da estrutura do Estado. Por outras palavras, não são as pessoas em si o principal cerne, mas sim a estrutura do Estado no geral: mesmo movendo as pessoas o problema continua na estrutura do Estado.

Para todos os entrevistados, os Guineenses têm de saber que o Estado existe em todo o território nacional. A impunidade alastrou e agudizou ainda mais a instabilidade no país. A afirmação do Estado de Direito é a condição *sine que non* para estancar a instabilidade. A estrutura do Estado é a base do problema. A pobreza e a falta de educação são centrais entre os vários problemas; o narcotráfico no país é um problema secundário, preocupante, mas não é o grande responsável da situação em que o país se encontra; com um Governo sólido e forte o problema de narcotráfico diminuiria drasticamente. A Guiné-Bissau tem este problema porque as instituições são fracas e sem meio para combater este crime que é transnacional.

Através da realização de entrevistas com vários intervenientes nacionais, ficaram claras as dimensões com maior papel ou influência no processo da instabilidade política na Guiné-Bissau: a primeira é a Dimensão Político-económica, com maior influência ou papel dos seus atores que estão no epicentro dos conflitos que desestabilizam por completo o país. Os dados analisados dos indicadores dessa dimensão apontam o subdesenvolvimento, a corrupção generalizada e também a falência do Estado de Direito como as causas principais da instabilidade política Guineense, com consequências graves para o processo de consolidação da paz, do desenvolvimento e da almejada Boa Governação. A segunda dimensão mais relevante é a Dimensão Militar, pelo fato dos seus atores terem um papel ou influência em

vários golpes de Estado e também com ligações a crime organizado entre as quais tráficos de armas, de droga etc., que agudizou ainda mais a instabilidade política na Guiné-Bissau. Os dados analisados dos indicadores desta dimensão apontam para a falta de responsabilização que gozam os atores militares e ausência de cumprimento dos compromissos políticos de segurança da sub-região como outra das causas principais, pondo em risco a segurança nacional e sub-regional, impedindo assim a Boa Governança. Por último, a Dimensão Sociocultural, os papéis ou as influências que os seus atores têm no processo da instabilidade política na Guiné-Bissau, são os efeitos dos resultados negativos das duas primeiras dimensões acima analisadas. Os dados analisados dos indicadores dessa dimensão revelam a má qualidade de vida, a instrumentalização da distinção étnica e a baixa taxa de escolaridade generalizada com contornos sociais graves, fruto da má Governança e das lutas pelo poder dos atores políticos e militares desde 1980 até então, em paralelo com uma elevada taxa de pobreza a nível nacional que proporcionou uma cultura de ódio e de intolerância (*matchundade*), transformando assim numa sociedade civil dividida, politizada e fraca.

Os atores políticos na Guiné-Bissau na sua maioria não possuem uma formação sólida, um conhecimento do que é fazer política. A instabilidade política muita das vezes prende-se com a incapacidade de os políticos resolverem um problema de menor complexidade. Como referido pelo entrevistado (3), a maioria dos políticos Guineense não se encontra preparada, estão só preparados para controlar os recursos do Estado. Quando se acrescenta a esta cultura de ociosidade com a rejeição mútua da partilha de recursos (“*a lógica de quem ganha leva tudo*”) e com uma cultura de *matchudade* (medir a força uns dos outros), fica evidente a fraca capacidade de diálogo no campo político e social, que enfraqueceu gradualmente o Estado, a democracia e a sociedade como um todo.

Na opinião dos entrevistados, a responsabilidade está no poder político e poder militar. Os atores militares têm uma influência muito significativa no poder político. Esta promiscuidade é várias vezes, o foco de grande instabilidade política no país. A falta de responsabilização dos militares e também dos políticos criaram as inversões dos valores democráticos na Guiné-Bissau, sendo por isso urgente fechar este período de instabilidade, promover e respeitar o modelo político consagrado na Constituição da República para garantir a almejada Boa Governança. Dito isto, é urgente reformar o Estado, rever a Constituição da República e as leis basilares para criar condições para o funcionamento da democracia e do Estado de Direito. Porque na Guiné-Bissau, a democracia passou a ser não um pilar da firmeza do Estado de Direito, mas um pilar de malabarismos e acrobacias político-militares.

As várias tentativas de reformar o sector da defesa e segurança, espelham claramente a fraca capacidade política e institucional do Estado no geral. O setor da defesa é onde persiste maior preocupação dos entrevistados, porque o grande problema em reformar este sector, prende-se, não com o desenvolvimento das novas ideias ou pessoas novas, mas sim com a incapacidade de tirar antigas ideias e pessoas antigas dentro do sector. Como referido pelo entrevistado (12), os indivíduos são recrutados desde independência para as Forças Armadas por cooptação ou laços étnicos e familiares, fazendo das Forças Armadas um campo de conflito constante. A reforma é a principal saída para estancar as crises nas Forças Armadas, que muitas das vezes transborda para a esfera nacional produzindo assim a instabilidade no país. É preciso uma reforma de Forças Armadas para Forças Armadas e na Forças Armadas; por outras palavras uma reforma de dentro para fora, tendo em conta a inversão da sua estrutura hierárquica.

Por outro lado, embora a diversidade étnica ou religiosa não seja a causa da instabilidade na Guiné-Bissau, como referido pelo entrevistado (6), os políticos falhados e oportunistas e alguns partidos políticos sem programas eleitorais, utilizam ainda assim discursos de incitações étnicas e religiosas, fazendo compromisso de voto com os eleitorados mediante o juramento no *alcorão ou cerimónia tradicional*.

No quadro de organizações da sub-região, os parceiros têm também os seus interesses geopolíticos, e geoeconómicas. No entanto, se a Guiné-Bissau delega a resolução do seu problema a estes parceiros, corre o risco de nunca ver o seu problema resolvido; a resolução de qualquer que seja o problema da Guiné-Bissau tem sempre de partir de dentro para fora e não de fora para dentro. É preciso que o país deixar de ser um Estado pedinte ou mendigo que não tem condições de se sustentar sem ajuda externa, isso fez com que fique mais fragilizado em se afirmar enquanto Estado independente dentro da CEDEAO, e também com outros parceiros internacionais.

O que ficou para ser analisado com maior profundidade para um estudo futuro é a caracterização das estruturas tradicionais da Guiné-Bissau, religiões e etnias. Em termos gerais as principais ideias a reter desta dissertação sobre as dimensões, causas e efeitos da instabilidade política na Guiné-Bissau, são as fracas qualificações dos atores envolvidos que direta ou indiretamente Governaram o país, desestruturaram as instituições do Estado criando assim corridas e lutas para controlar a única fonte dos recursos (o Estado) proliferando a impunidade, a corrupção e a pobreza generalizada na sociedade, pondo em risco o desenvolvimento humano, o Estado de Direito, a qualidade de vida e a Boa Governação. Como tal, o mais importante é a reforma do Estado no geral, para conformar a conduta do homem ao Estado e não conformar o Estado à conduta do homem.

REFERÊNCIAS

- Augel, Johannes e Carlos Cardoso (1996), *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau. INEP
- Araújo, Raúl C. (2000), *Os Sistemas De Governo De transição Democrática Nos P.A.L.O.P.* Coimbra Editora. Coimbra.
- Ato Complementar sobre Quadro de Política da CEDEAO para a Reforma e a Governação do Sector da Segurança. Feito em Dakar em 4 de junho de 2016.
- Barros, Miguel e Óscar Rivera (2015), A (RE) Construção do Estado no Contexto dos Estados Frágeis: o caso da Guiné-Bissau. II Congresso Internacional “África – Ocidente”. *África Briefing*, 109.
- Barreto, Maria Antónia (2013), Apresentação do projeto "o papel das organizações da sociedade civil na educação e na formação: O caso de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique". Lisboa. ISCTE-IUL/CEA.
- Bayart, Jean - Francois (2004), *Politique africaine. Globalisation et illicite en Afrique*. Paris. Karthala, 93 – Mars.
- Bayart, Jean - Francois (1996), *l historicité de l'État importe, la greffe de l'État*. Paris. Karthala.
- Ball, Nicole (2004), *Dilemmas of Security Sector Reform: Security Sector Reform*. Berghof Handbook Dialogue Series, 2.
- Buchweitz e Morais (1993), *Novas estratégias de ensaio e aprendizagem: os mapas conceptuais e o Vê epistemológico*. Lisboa. Plátano.
- Costa, Ana Bénard e António Barreto (2010), *Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação*. Lisboa. ISCTE-IUL/CEA.
- Correia, Ana (2008), *Política-Segurança-Desenvolvimento na Guiné Bissau*. Lisboa: Lusíada. *Política Internacional e Segurança*, 1.
- Colóquio, Bissau INEP (1989), *A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Bissau, 11 Janeiro de 1989.
- Carvalho, Ana Larcher (2010), *Intervenção externa no sector da segurança na Guiné-Bissau*. Lisboa. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, 4.
- Carvalho, Ana Larcher (2011), *Ponto de vista sobre a Missão EU-SSR*. Lisboa. CEI-OP.
- Dias, Eduardo Costa (2013), From the Unbearable “Resilience” of Coupism to Ethnicisation: a Short Journey for the Armed Forces of Guinea-Bissau. Instituto Universitário de Lisboa, Portugal: *Nordic Journal of African Studies* 22 (1&2).

Dahl, Robert (2000), *Democracia: Temas e Debates*. Lisboa: Gradiva, 1ª Edição.

Ferreira, Patrícia Magalhães (2014), GUINEA-BISSAU Between conflict and democracy. London. *African Security Review*, 13 (4).

Favarato, Cláudia (2019), *A religião tradicional na cultura política da Guiné-Bissau*. Lisboa. Universidade Autónoma de Lisboa, OBSERVARE, JANUS.NET, e-journal of international relations, 9 (2).

Fundo Monetário Internacional (2017), “Building Fiscal Capacity in Fragile Space”, IMF *Policy Paper*, *Fundo Monetário Internacional*.

Fundo Monetário Internacional (2011), “Guinea-Bissau: Back-to-Office Report on Tax Policy and Administration”, *Fundo Monetário Internacional*.

Grøn, Caroline Howard e Salomonsen, Heidi Haulberg (2017), Political instability and the ability of local government to respond to reputational threats in unison. Denmark: *International Review of Administrative Sciences* 85 (3).

Gorjão, Paulo (2010), Guinea-Bissau: The Inescapable feeling of Déjà Vu. *IPRIS Policy Brief*.

Gomes, João Salis (2016), Governança, políticas públicas e direito: uma perspetiva integrada de avaliação. Lisboa. *Artigo RAEP Direção-Geral de Administração e Emprego Público*.

Gomes, Antonieta Rosa (2010), *O poder militar e a desedificação de Estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau*. Lisboa. CIEA.

Gonçalves, Sara João (2011), *O Estado Falhado enquanto Espaço de Edificação do Crime Organizado Transnacional – o Caso da Guiné-Bissau*. Lisboa. Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Estratégia, Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Gwenhamo, Farayi; Fedderke, Johannes e Kadt, Raphael (2012), Measuring institutions: Indicators of political rights, property rights and political instability in Zimbabwe. *South Africa. Journal of Peace Research*. 49 (4).

Healey, John e Robinson, Mark (1994), *Democracy, Governance and Economic Policy*. SubSaharan África in Comparative Perspective. London. ODI Development Policy Studies.

Henrik, Vigh (2014), La marge au centre Sur les réseaux, la cocaïne et le crime transnational à Bissau. *La nouvelle revue des sciences sociales*, 3.

Houle, Christian (2019), Social Mobility and Political Instability. USA: *Journal of Conflict Resolution*, 63 (1).

Jeffrey, Herbst (2011), The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa: International Organization. EUA: *The MIT Press*, 43 (4).

Kohl, Christoph (2010), National Integration in Guinea-Bissau since Independence. *Revue.org*. França.

Koudawo, Fafali (2001), *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Krein, José Dari e Proni, Marcelo Weishaupt (2010), *Economia informal: aspetos conceituais e teóricos*. Brasil. Escritório da Organização Internacional de Trabalho.

Lopes, Carlos (1982), *Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa. Edições 70.

Moreira, Adriano (2014), *Ciência Política*. Coimbra. 6ª Edição. Almedina, S.A.

Monteiro, António Isaac *et al* (1996). *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: análise dos efeitos Sócio-Económicos*. Bissau. Kacu Martel, INEP.

Nóbrega, Álvaro (2003) *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa. Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas.

Ong'ayo, Antony Otieno (2008), *A instabilidade política na África. Onde está o problema e perspectivas alternativas*. "Afrika: een continente op drift" Organised by, Stichting Nationaal Erfgoed Hotel De Wereld, Wageningen, 19 of September, 2008: https://www.diaspora-centre.org/DOCS/Political_Instabil.pdf

O'Regan, Davin e Peter Thompson (2013). *Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África*. CEEA. Washington, D.C.

Quivy, Raymond e Luc Van Campenhout, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. 2ª Edição. Grávida Publicações Lda.

Sangreman, Carlos *et.al.* (2006), *A evolução política recente na Guiné-Bissau: -As eleições presidenciais de 2005 -Os conflitos -O desenvolvimento - A sociedade civil*. Lisboa. CESA.

Sangreman, Carlos; Fátima Proença e Luís Vaz Martins (2016), *Guiné-Bissau: a evolução 2010-2016*. Lisboa: Working Paper CEsA CSG.

Silva, António Duarte (1997), *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa: estudo de história, direito e política*. Porto. Afrontamento.

Silva, Francisco Delfim (2003). *Guiné-Bissau: páginas de história política, rumos da democracia*. Bissau. Firquidja.

The Military Balance (2017), Chapter Nine, Sub-Saharan Africa, 117 (1), 479-548, DOI: 10.1080/04597222.2017.1271216.

UNIOGBIS (2018). Relançar a Reforma do sector da Defesa e da Segurança na Guiné-Bissau.

Voz-di-Paz (2010), *As causas profundas de conflitos: a voz do povo*. Resultados da auscultação nacional realizada em 2008. Guiné-Bissau. Voz-di-Paz/Interpeace.

FONTES

- ◆ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP)
<http://www.inep-bissau.org/>
- ◆ Worldwide Governance Indicators (WGI)
<https://info.worldbank.org/governance/wgi/#home>
- ◆ Índice Ibrahim
<http://iiag.online/>
- ◆ Afrobarometer.
<http://www.afrobarometer.org/>
- ◆ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
<https://www.ecowas.int/?lang=pt-pt>
- ◆ Banco Mundial
<https://www.worldbank.org>
- ◆ Fundo Monetario Internacional (FMI)
<https://www.imf.org/external/index.htm>
- ◆ Africa Information Highway
<http://dataportal.opendataforafrica.org/>
- ◆ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
<https://en.unesco.org>
- ◆ Transparency International
https://www.transparency.org/whatwedo/publication/people_and_corrupti_on_africa_survey_2015
- ◆ Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS)
<https://uniogbis.unmissions.org>
- ◆ Instituto de Estudos de Segurança (ISS)
<https://issafrica.org>
- ◆ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
<http://hdr.undp.org/en/countries/>
- ◆ Guiné-Bissau Docs
<https://guinebissaudocs.wordpress.com>

ANEXO

Guião de entrevista

1. Instrumentalização política das Forças Armadas “onde o vencedor fica com tudo”.

- a) Qual é a posição que as Forças Armadas ocupam na hierarquia dentro do Estado guineense?
- b) As Forças Armadas são manipuladas por Poder político ou o Poder político que é manipulada pelas Forças Armadas?
- c) Quem é o responsável pela instabilidade política crónica na Guiné-Bissau: Poder político ou as Forças Armadas?
- d) Quais são os principais obstáculos para a reforma no sector da defesa e segurança?

2. Um quadro política frágil.

- a) Quais são os principais problemas dos Partidos políticos na Guiné-Bissau: falta de maturidade política, pouco nível de escolaridade dos seus dirigentes ou corrupção?
- b) É coerente as programas de governação que cada partido apresenta nas eleições?
- c) Qual é a visão que os partidos políticos têm da instabilidade política da Guiné-Bissau?

3. Narcotráfico.

- a) Qual é o perigo que o narcotráfico representa para a sociedade guineense?
- b) Quais são as principais políticas ou medidas que devem ser tomadas para pôr fim o trafico de droga e o crime organizado na Guiné-Bissau?

4. Instrumentalização da distinção étnica.

- a) As identidades étnicas sobrepõem a identidade nacional na Guiné-Bissau?
- b) Voto étnico é uma realidade na democracia guineense?
- c) A diversidade étnica é responsável pela instabilidade política crónica da Guiné-Bissau?

5. Falta de isenção dos parceiros internacionais.

- a) Qual é o papel dos parceiros internacionais na Guiné-Bissau: a instabilidade política crónica e o colapso do Estado de direito continua a desmoralizar a sociedade guineense?
- b) As lutas da política geoestratégico dos parceiros internacionais podem ter contribuído para a instabilidade política crónica na Guiné-Bissau?
- c) O modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento está a fortalecer o Estado guineense ou a enfraquecê-lo?

6. Pobreza.

- a) Como deve ser resolvido o problema da pobreza na Guiné-Bissau?
- b) A pobreza na Guiné-Bissau esta relacionado com a instabilidade política crónica?

7. Desigualdade sociais.

- a) Qual é o papel que a educação pode ter na resolução da instabilidade política crónica na Guiné-Bissau?
- b) O baixo nível do desenvolvimento humano pode estar na origem das sucessivas golpes de Estado e corrupção na Guiné-Bissau?

Consentimento informado

O presente estudo surge no contexto de uma pesquisa para dissertação no curso do Mestrado em Ciência Política no **ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo diz respeito á *Análise da Instabilidade Política Crónica da Guiné-Bissau*, com objetivo de medir em termos gerais quias são os principais indicadores que pesam mais no processo da instabilidade política Guineense.

O estudo decorre no ISCTE – IUL, orientado por professor Pedro Seabra e realizado por Paulo Costa que podem ser contactados em caso de dúvidas ou se você deseja compartilhar comentários com orientador: pedro.seabra@iscte-iul.pt ou realizador: pacao1@iscte-iul.pt

A sua participação, que é altamente valorizada, consiste em responder algumas perguntas relacionado com o tema em análise e dura entre 15 á 20 minutos. Não há riscos significativos esperados associados à participação no estudo. Embora você não possa se beneficiar diretamente da sua participação no estudo, suas respostas irão contribuir para articular com o propósito original do estudo.

A participação neste estudo é estritamente **voluntária**: você pode optar por participar ou não. Se você optar por participar, você pode parar sua participação em qualquer tempo sem ter que fornecer qualquer justificativa.

Além de ser voluntário, a sua participação também é **anônima e confidencial**. Os dados servem para análise qualitativa e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Você nunca será solicitado a se identificar a qualquer momento durante o estudo.

Em vista desta informação, indique se você aceita participar do estudo:

Eu ACEITO

Nome: _____ Data: ___ / ___ / ___

Assinatura: _____

Lista dos entrevistados

Nome dos entrevistados		Função/filhação partidária	Data da entrevista
<i>Atores políticos</i>			
01	Dr. Faustino Fudut Imbali	Alto dirigente do PRS	29/05/2019
02	Deputado Fofana Keita	PAIGC/círculo de Bafatá	29/05/2019
03	Deputado Iafai Sani	PAIGC/círculo de Europa	28/05/2019
04	Deputado João Sediba Sané	PAIGC/círculo de Bissau	23/05/2019
05	Deputado Leopoldo da Silva	PAIGC/círculo de África	23/05/2019
06	Doutor. Francisco Major Mendes	Comité central do PAIGC	23/05/2019
07	Dr. Samuel Dimis Manuel	Sec.Est.Tras.Com. APU-PDGB	24/05/2019
08	Dr. Luís Silva de Melo	Ex Presidente da CMB e atual Ministra da Defesa, PAIGC	31/05/2019
<i>Atores militares</i>			
09	Capitão Tenente – Papa Fauhe	Marinha	25/05/2019
10	Tenente Coronel – Aldemar M. M. Silva	Estado Maior do Exército	25/05/2019
11	Tenente Ramalho – Afonso Bidan	Guarda Nacional	21/05/2019
12	Coronel – Vitor Té	Força Aérea	21/05/2019
13	Major – Melcides Pinto Alves	Instituto de Defesa Militar	21/05/2019
14	Major – Quintino Napoleão dos Reis	Estado Maior do Exército	03/06/2019
15	General – Antonio Indjai	Reserva	31/05/2019
16	Contra-Almirante – Bubo Na Tchuto	Reserva	07/06/2019
<i>Atores da sociedade civil</i>			
17	Dr. Felisberta Vaz	Alta funcionária da CNE	20/05/2019
18	Dr. Seco Duarte Nhaga	Presidente de RENAJ	30/05/2019
19	Dr. Idriça Djalo	Alto funcionário da CNE	20/05/2019
20	Dr. João Viano Pereira	Investigador INEP	24/05/2019
21	Dr. Júlio Cá	Alto funcionário da CNE	20/05/2019
22	Dr. Vitorino Indequê	Alto dirigente da Casa do Direito	22/05/2019